

## Aonde nos levará a ponte do MEC

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao  
Qua, 06 de Abril de 2005 21:00

---

Com o apoio do Consed (Conselho Nacional dos Secretários de Educação), Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Frente Nacional de Prefeitos, Unesco, Organização dos Estados Ibero-Americanos e Banco Mundial, o ministro Tarso Genro lançou, dia 14 último, o Plano de Qualidade da Educação Básica, que será, segundo o MEC, a ponte entre a difícil realidade atual do setor e a implementação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), em substituição ao Fundef, que consiste no repasse para os municípios do percentual de impostos municipais e estaduais destinados obrigatoriamente à educação, segundo o número de matrículas no ensino fundamental. Estados pobres contam com recursos da União para complementar os valores mínimos fixados por aluno/ano. O Fundeb abará também a educação infantil e o ensino médio e a proposta de emenda constitucional para sua criação foi enviada à Casa Civil da Presidência dia 10. Deveria estar no Congresso. Esbarrou na rejeição do Ministério da Fazenda à proposta do MEC de liberar a educação da DRU (Desvinculação das Receitas da União), mecanismo que permite ao governo federal lançar mão de 4% dos recursos vinculados a cada área - no caso da educação, que conta com 18% do orçamento, a perda anual chega a R\$ 4 bilhões. Contra-proposta do MEC: aumentar a vinculação dos atuais 18% para 22,5%, progressivamente.

Eis os fatos. Se este aumento esbarrará no tesoureiro - como o presidente Lula já se referiu ao Ministro Pallocci, acrescentando que o tesoureiro tem que ser "duro" -, não sabemos. Mas nada nos surpreende. O Brasil deveria pautar suas ações na área da educação segundo um projeto de longo prazo, vinculado ao desenvolvimento econômico e social do país, sem interferências devido à troca de governos, o que não ocorre. Estamos acostumados a pacotes emergenciais, como o recém-lançado pelo MEC, que irá vigorar até a aprovação do Fundeb, que, nas palavras de um esperançoso Ministro da Educação, será a "redenção do financiamento da educação básica".

Gostaríamos de compartilhar deste otimismo, embora não saibamos nem se o aumento dos recursos será aprovado, que ações ganharão a prioridade de estados e municípios se isso acontecer e nem se o MEC fixará diretrizes a esse respeito. O vice-presidente do Consed, Mozart Ramos Neves, por exemplo, disse que, sem o Fundeb, os municípios não poderão garantir a qualidade social que se espera da educação básica, o que inclui, diz, "em primeiro lugar, abrir mais vagas para a educação infantil". Concordo: o salto qualitativo no ensino deve começar aí. Contudo, o que o plano-ponte do MEC disponibilizou para os secretários, este ano, foram R\$ 470 milhões para serem usados não em creches e pré-escolas, mas na ampliação do ensino médio (7,9 milhões de alunos em escolas públicas), além de complementação salarial, infra-estrutura e qualificação. Estaria aí a semente de divergências sobre o uso do Fundeb? Fica o alerta, mesmo que antipático.

E o que teremos, enquanto o Fundeb não pula do papel para as salas de aula dos cerca de 141 mil estabelecimentos de educação básica das redes municipais e 35,8 mil das redes estaduais? Para a formação de 550 mil professores, serão liberados R\$ 390 milhões até 2007. O programa Pró-Licenciatura formará, em parceria com universidades, 150 mil que lecionam da 5ª à 8ª série e ensino médio, mas não concluíram o ensino superior - segundo dados do Inep de 2003, 29,3% dos 823,5 mil docentes da 5ª à 8ª não têm licenciatura, assim como 19,2% dos 488,3 mil do ensino médio, sendo que 4,9% destes têm somente a formação em nível

## **Aonde nos levará a ponte do MEC**

Escrito por Magno de Aguiar Maranhao  
Qua, 06 de Abril de 2005 21:00

---

médio. O Pró-Letramento qualificará 400 mil professores da 1ª à 4ª série, com o objetivo de melhorar sua formação em Língua Portuguesa e Matemática - dos 811,1 mil docentes deste ciclo, 9,2% não têm licenciatura ou formação em magistério e 1,8% não completaram o ensino fundamental.

Também estão prometidos R\$ 75 milhões para melhorar a infra-estrutura de escolas públicas. Seria interessante, ainda, que o MEC calculasse a quantia necessária para equiparar a infra-estrutura das escolas públicas às da rede privada. Apenas para citar alguns exemplos: da 1ª à 4ª série do ensino fundamental, 16,7% das públicas têm laboratórios de informática, contra 68,8% das particulares. Da 5ª à 8ª série, 38% têm os laboratórios, contra 82,2% das particulares. No ensino médio, eles estão presentes em 53% das públicas e 88,4% das particulares. Quanto às velhas e boas bibliotecas, encontram-se em 42,2% das públicas que oferecem das 1ª à 4ª série, e em 83% das particulares; em 69,1% das públicas que oferecem da 5ª à 8ª série, e em 83,9% das particulares; em 83,9% das que oferecem o ensino médio e em 93,8% das particulares. O próximo passo seria equiparar a remuneração dos professores e ampliar os turnos até o horário integral, como estabelece o Plano Nacional de Educação. Mas a ponte não agüenta tanto. E o Fundeb, agüenta?